



DA DEMOCRACIA RESTRITA À DEMOCRACIA DIRETA: POLÍTICA, INTERDISCIPLINARIDADE E SUBJETIVIDADE COMO CONCEITOS CENTRAIS NAS DISCUSSÕES DO GRUPO DE ESTUDOS DO PET/PEDAGOGIA DA UFSC

FROM RESTRICTED DEMOCRACY TO DIRECT DEMOCRACY: POLITICS,
INTERDISCIPLINARITY AND SUBJECTIVITY AS CENTRAL CONCEPTS IN THE
DISCUSSIONS OF THE UFSC PET/PEDAGOGY STUDY GROUP

Aline Rosa de Abreu (*abreu.alinerosa@gmail.com*);
Camila da Silveira (*camiladasilveirajlle@gmail.com*);
Lucas Rodrigues Menezes (*lucasrmenezes@gmail.com*);
Manuely Amaral de Souza (*manuelyamaraldesouza@gmail.com*);
Priscila Silveira Espíndola (*priscilassindola@gmail.com*);
Sônia da Silva Vinhote Ferreira (*sabedorya@hotmail.com*).

Universidade Federal de Santa Catarina

Jéferson Silveira Dantas

jeferson.dantas@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Artigo

Resumo:

Este texto coletivo é fruto das discussões semanais realizadas no grupo de estudos do PET/Pedagogia/UFSC. Tal exercício de escrita teve por objetivo estimular as/os bolsistas do grupo na construção de um texto acadêmico, a partir de uma bibliografia que dialogasse com os eixos temáticos formativos do grupo (Literatura e Infância; Núcleo de Pesquisa de Educação de Jovens e Adultos; Educação para as Relações Étnico-Raciais e Processos Educativos sobre Gênero e Sexualidade). Nessa direção, discutiu-se os rumos da frágil e jovem democracia brasileira nos últimos anos e os seus impactos na Educação Básica pública.

Palavras-chave: Democracia; Eixos Temáticos Formativos; PET/Pedagogia/UFSC.

Abstract:

This collective text is the result of weekly discussions held in the PET/Pedagogy/UFSC study group. This writing exercise aimed to encourage the group's scholarship holders to construct an academic text, based on a bibliography that dialogued with the group's formative thematic axes (Literature and Childhood; Youth and Adult Education Research Center; Education for Ethnic-Racial Relations and Educational Processes on Gender and Sexuality). In this direction, the direction of the fragile and young Brazilian democracy in recent years and its impacts on public Basic Education were discussed.

Keywords: Democracy; Thematic Formative Axes; PET/Pedagogy/UFSC.

1. Introdução

Ação formativa denominada *Grupo de Estudos* é uma atividade que envolve ensino e pesquisa, sendo uma ação permanente do Programa de Educação Tutorial do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (PET/Pedagogia/UFSC) desde o segundo semestre de 2022. Para tanto, houve a escolha de um livro que pudesse abarcar temáticas diversas, porém, atinentes ao processo formativo de pedagogas e pedagogos, quais sejam, àquelas relacionadas à classe, raça e gênero, currículo escolarizado, formação docente, cinema, mídia hegemônica e mídia independente, etc., nem sempre suficientemente problematizadas no Curso de Graduação. Ressalta-se que o PET/Pedagogia/UFSC desenvolve diferentes ações de extensão e pesquisa acalanhadas em quatro eixos temáticos: i) Literatura e Infância (LI); ii) Núcleo de Pesquisa de Educação de Jovens e Adultos (NPEJA); iii) Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e iv) Processos Educativos sobre Gênero e Sexualidade (PEGS).

Os eixos supracitados procuram dialogar com todas as ações pedagógicas elaboradas e mediadas pelo PET/Pedagogia/UFSC. Assim, o *Grupo de Estudos* se originou pela necessidade de aprofundar temas relevantes, que pudessem, inclusive, contribuir teórica e metodologicamente para a elaboração de projetos direcionados aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). O livro selecionado foi *Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades*, organizado pela professora Mériti de Souza (2022). Dos 12 capítulos do livro, discutimos 11 capítulos. Alguns desses capítulos serão abordados aqui, ainda que de forma breve. A conjuntura social e política em que o livro foi organizado não poderia ter sido mais trágica, ou seja, a experiência de termos vivenciado no Brasil um governo de contornos neofascistas.

O modelo de democracia liberal parece ter chegado ao seu esgotamento e o que se vê diante de nossos olhos são contrarreformas de cunho empresarial na educação pública, reguladas pelo mercado a fim de suplantar contradições e dissensos (DANTAS; BASSI, 2022, p. 240-242). Ou seja, os retrocessos civilizatórios que ocorreram no Brasil – mas, não só – nos últimos anos, especialmente com o golpe midiático-jurídico-parlamentar ocorrido em 2016 até o fim do mandato de Jair Messias Bolsonaro em 2022, evidenciaram que as crises cíclicas do capital podem prescindir sem qualquer pudor da democracia liberal e alçar ao poder personalidades sociopatas que flertam com ideias fascizantes. A ascensão da extrema-direita é um fenômeno de contornos globais, algo jamais visto desde a década de 1930 (D'ANGELO, 2020, p. 100). Assim, a extrema-direita brasileira vem se (re)articulando desde meados da década de 1980, onde se intensificaram as ações de diversos grupos neonazistas.

Roberto Leher (2023, p. 216) nos convida para a seguinte reflexão e a necessidade de alterarmos a correlação de forças sociais na atual conjuntura:

[...]. Alterar a ordem de grandeza dos sujeitos em luta no Brasil de hoje é imperioso. A extrema-direita avança no senso comum popular e assume características de massa. Em virtude do desastre econômico e social que recai sobre a classe trabalhadora, os neofascistas seguirão priorizando a dita pauta de costumes na educação pública: a extrema-direita seguirá batendo na tecla da ideologia de gênero, do cristianismo ameaçado, do marxismo cultural e da ameaça advinda da laicidade e da secularização para as ‘verdadeiras famílias’. A meta neofascista é subordinar toda a educação pública aos preceitos e controles das famílias e definir a sua própria linguagem saturada de mentiras, preconceitos, ódio à diferença, ‘teorias conspiratórias’ e da lógica do darwinismo social no qual o racismo é estruturante.

Assim como Leher (2023), entendemos que só a luta organizada da classe trabalhadora é capaz de deter a sanha ultraneoliberal adotada durante o governo Bolsonaro e que, infelizmente, continuará nos rondando nos próximos anos. Esse artigo é uma tentativa de contribuirmos para a qualidade da reflexão sugerida por Roberto Leher.

2. Os Sentidos da Desigualdade

Num dos capítulos estudados no livro inicialmente referenciado e intitulado *Os sentidos da desigualdade na trilogia da resistência de Kleber Mendonça Filho* (VALIM; BARBIERI, 2022), a mensagem central se estrutura e se debruça sobre a realidade social do Brasil nos últimos anos, evidenciando um cenário econômico e político preocupante, por meio da análise da trilogia dos filmes de Mendonça: i. O som ao redor, de 2012; ii. Aquarius, de 2016; iii. Bacurau, de 2018.

As mazelas regionais do Brasil que o texto evidencia no decorrer de todo o seu desenvolvimento nos chama atenção, sobretudo, porque, aparentemente, todos os problemas sociais recaem sobre as classes historicamente marginalizadas. Bem sabemos que a classe trabalhadora é constituída pela maior parte da população brasileira: pobres, negros, homossexuais, travestis, mulheres, deficientes, dentre outros. Assim, tendo em vista que entre os nossos eixos temáticos de pesquisa no PET/Pedagogia/UFSC se encontra o eixo *Educação para as Relações Étnico-Raciais* (ERER), gostaríamos, brevemente de dialogar sobre esse eixo com a Educação Infantil, um dos fundamentos formativos no Curso de Graduação em Pedagogia da UFSC.

Trazendo à baila o eixo temático da ERER e relacionando com o capítulo do livro é possível notar mecanismos de opressão e exclusão em relação às pessoas negras, intensificado por meio de um racismo estrutural em nossa sociedade, propagando-se nas relações entre as pessoas em âmbito doméstico, na escola, no trabalho, etc. Sabemos que a população negra no Brasil, desde o período colonial, sofreu todas as formas de violência pelos grupos sociais dominantes, algo que até os dias atuais não foi dirimido, daí a necessidade permanente de estudarmos a história da África e da cultura

dos povos africanos. O racismo no Brasil é algo trágico!

Tendo essa temática (ERER) sob escopo e considerando-a extremamente atual, necessária e relevante para nossa conversa, trazemos a mesma para um enfoque na Educação Infantil, pois consideramos que é algo que deve ser pensado por nós, pedagogas e pedagogos, desde a base da educação, como uma concepção a ser defendida, considerando todos os sujeitos em suas diversidades. Quando pensamos sobre a *Educação para as Relações Étnico-Raciais* nos vem um turbilhão de ideias que se encontram e se desencontram, dada a multiplicidade de problematizações de pesquisa. Embora esteja prevista em documentos normativos como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), dentre outros, muitas vezes sua discussão ocorre de maneira superficial, já que é uma temática ausente ou restrita na formação inicial das Licenciaturas e na formação continuada em serviço de professores que já atuam nas redes públicas de ensino.

Na Educação Infantil um primeiro fator a ser problematizado é a relação que as/os professoras/es têm com as crianças, pois se percebe que mesmo nessa etapa da Educação Básica, o racismo está presente na relação entre adultos e bebês, ressaltado no cuidar e educar, com preferências, tratamentos, falas carregadas de preconceito, ausência de materialidades, ou seja, se reproduzindo em nossas próprias ações como pedagogas/os. Por isso é importante repensarmos, continuamente, a nossa prática pedagógica.

Outro elemento recorrente é sobre as materialidades e atividades que são oferecidas às crianças. Tem bonecas pretas? Brinquedos de diferentes culturas? Na decoração da sala as crianças se reconhecem? Os projetos a serem desenvolvidos contemplam todas as crianças da turma? Essas são algumas das reflexões que Marques e Dornelles (2018) nos trazem. O racismo é uma construção histórica, portanto faz-se necessário elaborar uma pedagogia antirracista, onde seja considerado as particularidades de cada indivíduo, um lugar onde exista, efetivamente, o reconhecimento dos vários “eus” que ali se encontram, com as suas cores, culturas, trajetórias, crenças, valores, personalidades, classes sociais, ou seja, nas suas mais diversas particularidades e identidades.

3. O Racismo Permanente

O racismo viola/destrói a vida das pessoas negras em nosso país de maneira contínua. As pesquisas atuais realizadas nas universidades públicas brasileiras (LOUIS; LAGO, 2022) comprovam o quanto o racismo é maléfico para a sociedade em sua totalidade. Como composição interpretativa da leitura do capítulo do livro *Democracia em tempos difíceis* (SOUZA, 2022) fez-se menção à professora Joana Célia dos Passos, atual vice-reitora da UFSC; mulher negra e atuante nos movimentos sociais; e também à cantora e compositora Adriana Calcanhotto, intérprete da

lacerante composição *2 de junho*, que trata da morte do menino Miguel, filho de uma mulher negra e empregada doméstica.

O racismo se associa à desigualdade social e aos processos de violência estatal, desnudada, em grande medida, pela repressão policial, que atinge, justamente, crianças e jovens negras das periferias. Mulheres negras sofrem toda sorte de discriminação; as desigualdades sociais e étnicas geram profundas desigualdades escolares, contribuindo para os índices de analfabetismo e exclusão dos bancos escolares. Muitos/as desses jovens negros/as acabam concluindo (ou tentando concluir) o seu processo formativo em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contudo, as experiências de educação popular na EJA se revelam importantes para conhecermos mais detidamente esse público escolar e suas histórias de vida.

Logo, o racismo é um elemento histórico impeditivo para que a população negra acesse e permaneça até o fim da Educação Básica. As classes sociais mais aquinhoadas, por outro lado, podem ofertar bens simbólicos e culturais para os seus filhos, independentemente do capital escolar. Isso ficou mais patente quando em dois de junho de dois mil e vinte acontece uma tragédia por conta do racismo; uma mãe negra durante a pandemia recebe uma ordem de sua patroa para ir passear com o seu cachorro, o que faz com que o seu filho pequeno tenha que ficar com a patroa durante um determinado tempo. O descuido ou o descaso da patroa repercutiu na queda do pequeno Miguel do 9º andar de um apartamento em um prédio de luxo no Centro do Recife.

O exemplo supracitado denota a necessidade de discutirmos as ações afirmativas nas universidades e a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica, especialmente, no ano em que se completa 20 anos da Lei 10.639/2003, uma lei que em muitas escolas desse país jamais foi implementada ou discutida, seja pela deficiente formação inicial nos Cursos de Licenciatura ou pela inadequada e/ou ineficaz formação continuada em serviço.

4. Pandemia e Negacionismo

No quarto capítulo, intitulado *Pandemia e negacionismo no Brasil: Análise sobre identidade, não violência e o estranho* (BARROS; SOUZA, 2022), os autores elaboraram reflexões sobre aspectos estruturantes da nossa sociedade que foram determinantes do modo como vivenciamos a Pandemia da Covid-19 no Brasil. Para iniciar a discussão, o texto nos provoca a pensar que sentido atribuímos ao conceito de “outro”, e como exemplo, trazem a discussão sobre *colonialismo e modernidade*, pois são os pressupostos que os sustentam que forjaram a ideia de um “outro” não simplesmente diferente, mas sim inferior ao que seria o “eu” modelo universal de humanidade, único detentor de racionalidade. E para refutar esses pressupostos, trazem conhecimentos da psicanálise e afirmam que o outro na verdade também nos constitui, já que enquanto humanos existimos somente a partir da relação com o outro. Os autores apontam a Covid-19 como o estranho que nos mobilizou de

diferentes formas, denunciando que não somos movidos apenas pela razão e nem agimos apenas objetivamente, principalmente em uma situação que nos falta compreensão como foi vivenciar uma pandemia. Como exemplo citam o negacionismo como uma reação subjetiva ao contexto da pandemia. E também refutam o pressuposto de identidade ao questionarem o senso comum de que o povo brasileiro não é violento.

Para os autores, é urgente rompermos com os pressupostos modernos (da razão, da universalidade, etc.) para compreendermos os sujeitos e a natureza a partir de outras perspectivas, que considere as subjetividades, as contradições, os descontínuos, as singularidades dentro do universal (BARROS; SOUZA, 2022, p. 93). O pressuposto privilegiadamente problematizado pelos autores é o da identidade, pois acreditam que se trata de um dos referenciais de subjetivação na atualidade. Para isso, recorrem a conhecimentos interdisciplinares, e optam pelo pós-estruturalismo, por ter o potencial de romper com o pressuposto da racionalidade imposto pela modernidade e concretizado na forma do conhecimento hegemônico, o qual considera apenas a dimensão estrutural da identidade ligada à consciência e à razão. Já a psicanálise não concebe a identidade dessa forma, pois ao considerar as dimensões subjetivas da identidade, afirma que as referências identitárias são frágeis, pois não dão conta de explicar a complexidade que é sermos pessoas singulares com experiências distintas e constituídos por nossas subjetividades, nosso inconsciente, e pelas relações uns com os outros, dentro de um espectro maior que é a sociedade organizada política e economicamente em categorias hierárquicas.

Um exemplo apontado pelos autores foi o negacionismo, uma reação trágica de parte da sociedade em relação ao vírus da Covid-19, que teve consequências terríveis para o enfrentamento da pandemia no Brasil. Os autores trazem o negacionismo como um movimento subjetivo (BARROS; SOUZA, 2022, p. 90), ou seja, uma reação impulsionada não por um sujeito que age somente a partir da objetividade e, portanto, da razão. O vírus seria o estranho, o outro, o desconhecido por nossa consciência. O estranho do vírus da Covid-19 atravessou todas as pessoas no que se refere ao medo e a novidade estranha da possibilidade eminente de sermos contaminados e não sobrevivemos, ainda que tenha atravessado de modos muito distintos devido às desigualdades sociais e econômicas que nos hierarquizam. Para tratar da reação que tivemos ao que nos era estranho, citam Freud (1910-1077) que em *O Estranho*, argumenta que somos constituídos pelo que podemos definir, mas também pelo que não podemos, ou seja, por nosso consciente tanto quanto pelo inconsciente, e que embora o estranho não possa ser definido, ele também mobiliza nossos pensamentos e nossas ações no mundo, portanto não é totalmente alheio a nós, mas nos constitui.

Fazendo relação com a reflexão anterior sobre o estranho, e voltando agora para o pressuposto da identidade, podemos compreender a tese dos autores de que é necessário

problematizar seriamente as referências identitárias pretensamente impostas como universais, pois segundo esses referenciais, a identidade pode ser definida com exatidão, sem possibilidade de contradições. De acordo com a psicanálise, esta concepção de identidade é uma ilusão imposta, pois na realidade, o que acontece são processos de identificação (BARROS; SOUZA, 2022, p. 93) que não engessam a identidade, mas pelo contrário, acontecem de modo complexo e descontínuo, e em dimensões singulares que ultrapassam as estruturais. Este argumento é reforçado pela afirmação de que somos constituídos também por nossa inconsciência, e, portanto, somos constituídos por dimensões que nossa racionalidade não é capaz de assimilar e explicar completamente. O impacto da pandemia nos mostrou isso de uma forma extrema.

Ainda sobre a ilusão identitária, os autores citam Freire Costa (1986. p. 85), para desmistificar a ideia de irredutibilidade da identidade: “(...) só no nível consciente e em situações pragmáticas o sujeito percebe-se ou sente-se como indiviso, constante, contínuo, livre de conflitos” (FREIRE COSTA *apud* BARROS, SOUZA, 2022, p. 94). O exemplo certamente escolhido para esta discussão é o mito da não violência no Brasil. Historicamente, propaga-se a ideia de que brasileiros são pessoas cordiais, receptivas, amigáveis. No entanto, estudos denunciam os altos índices de violência no país, como os crimes de feminicídio e racismo que demonstram a existência de violências que ocorrem historicamente, assim como a desigualdade social e a extrema pobreza. A assimilação dessas realidades é perpetuada desde nosso passado escravocrata ainda não resolvido com políticas de equiparação social, e por um modo de subjetivação que ao reproduzir concepções engessadas do que seria a identidade brasileira, naturaliza as violências e as desigualdades como se fossem aspectos intrínsecos à identidade nacional, negando a necessidade de nos rebelarmos contra uma sociedade que é fundamentada na desigualdade e na hierarquia (BARROS; SOUZA, 2002, p.102).

Considerando também as demais questões levantadas no capítulo que não foram apreendidas nesta leitura, pode-se afirmar que o texto traz discussões complexas e fundamentais para compreendermos o que foi a experiência da Covid-19, as realidades que foram escancaradas por este momento da história, e as consequências psíquicas e sociais acarretadas pelos modos como o país lidou com o vírus, tanto no que se refere às políticas instauradas ou não para enfrentamento do vírus, as reações subjetivas da população, o negacionismo, entre outros aspectos. Com isso, o texto também nos encoraja a pensar, como nos demais capítulos deste livro, sobre a fragilidade de nosso regime político, a democracia, pois as reflexões trazidas pelos autores e brevemente apresentadas acima questionam os pressupostos que a sustentam.

5. Pós-modernidade, Desinformação e a Pedagogia Hegemônica do Capital

À luz dos capítulos 5 e 10 é nítida a importância estratégica que a subjetividade da classe trabalhadora ocupa nos debates político-econômicos e nas formulações dos Organismos Internacionais Multilaterais. Uma nova matriz emocional básica (DUARTE, 2022, p. 114) mostra-se necessária no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. E é aqui que a escola, professores e professoras são chamados ao serviço: à escola não cabe mais ofertar conhecimentos científicos para a compreensão da realidade nem tampouco uma formação sólida do ponto de vista intelectual e técnico para que a nova geração dê conta de “tocar o futuro” rumo à justiça social, à igualdade e à prosperidade humana, mas forjar sujeitos emocionalmente capazes de sofrer otimistas e resilientes em um mercado de trabalho cada vez mais precário e instável.

Mas, como se chegou a isso? No capítulo 5, *Liberalismo, pós-modernidade e desinformação: breve ensaio sobre o contexto da nossa desigualdade, 2016-2021* (DUARTE, 2022), é apresentada a conjuntura socioeconômica do surgimento da doutrina que exige uma maior exploração do trabalhador ao mesmo tempo em que requer deste maiores competências profissionais: o neoliberalismo. Tal doutrina vai surgir como solução à crise do capitalismo nos anos de 1970. A burguesia, ao ver crescendo o poder de barganha da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que vê cair as taxas de acumulação do lucro, vai reagir estabelecendo “uma estratégia global de superação das crises” (DUARTE, 2022, p. 110), que ficou conhecida como neoliberalismo. Este significava:

Por um lado, revigorar a confiança militante da burguesia, abrindo-lhe as portas para que, como classe, retomasse as rédeas da ação pública, temporariamente limitada, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por outro, levava à ideia de expandir a lógica do mercado, sem regras e limites, implicando o esgarçar do Estado de Bem-Estar Social, colocando em xeque o pressuposto de que cabia ao Estado reparar e corrigir as desigualdades produzidas pelo mercado capitalista. Juntos, esses dois princípios solaparam as bases de uma alternativa igualitária como um bem comum coletivo. (DUARTE, 2022, p. 110)

Estabelecida essa nova realidade, de completa desregulamentação dos mercados de trabalho, sujeitos ao bel-prazer dos interesses privados de mercado, a classe trabalhadora perde sua capacidade de reagir. E por quê? Porque a estratégia da burguesia contemplava todos os *fronts* da luta: não só as condições materiais, as condições de trabalho se degradaram, como a renda e a qualidade de vida dos operários, mas uma investida cultural e ideológica, como não podia deixar de ser, acompanhou essas mudanças do mundo produtivo, atuando nas mentes proletárias de modo a lhes retirar a capacidade de pensar enquanto grupo, enquanto classe, enquanto revolucionários agentes da transformação:

O paradoxo é que, quanto mais a luta de classes tornava-se crucial na consolidação, tanto do neoliberalismo quanto da globalização, menos se falava em classe e ainda menos em luta. Desapareceu também qualquer referência à noção de totalidade como eixo para a compreensão dos fenômenos que pareciam como pulverizados. Assim, a fragmentação e a desconexão passaram a ser

percebidas como a própria realidade do mundo. Qualquer representação totalizante mostrava-se como ilusória e, mais do que isso, autoritária, porque sempre tenderia a privilegiar uma parte em detrimento de outra. Em suma, não parecia mais fazer sentido o engajamento em nenhum projeto global de transformação da sociedade [...]. (DUARTE, 2022, p. 112)

Mas o buraco é mais embaixo. As mudanças de mentalidade acarretadas pela mudança do modelo de acumulação foram adiante. Para além do neoliberalismo como doutrina econômica, uma nova forma de produção fabril, um novo modelo de acumulação se estabeleceu: o *Toyotismo*, nascido nas fábricas japonesas da Toyota. Tal modelo pregava não mais a rigidez de tarefas de um trabalhador e sua alocação em um único momento da linha de produção, pelo contrário, a nova postura exigida do trabalhador nos novos tempos do capital tem por base a flexibilidade, a multifuncionalidade.

A superação da crise em que o capitalismo mergulhou, nos anos 1970, foi encontrada na estruturação de um novo modelo de acumulação, o Toyotismo: um sistema de organização industrial desenvolvido nos anos de 1940 no Japão, o sistema consiste, basicamente, na produção por demanda, ou *just in time* (sem estoques); numa maior flexibilidade (sobretudo nas formas de contratação: temporários, subcontratação, expansão dos autônomos etc.); na multifuncionalidade dos trabalhadores (cada trabalhador deve ser capaz de desempenhar várias tarefas: flexibilidade, nomadismo e espontaneidade passam a ser características não apenas da produção, mas em toda a sociedade) e no uso intenso de novas tecnologias (computadores, robôs, telefonia móvel etc.). Esse novo regime de acumulação só se disseminou com a desregulamentação dos mercados de trabalho, com a suspensão dos controles do sistema bancário, com a redução da intervenção do Estado como fator de combate às desigualdades sociais e com a suspensão das barreiras nacionais para a circulação de capitais e mercadorias. (DUARTE, 2022, p. 113)

Agora, flexibilidade e multifuncionalidade são exigências básicas de todo trabalhador e de toda operária. Mas, como desenvolver isso nos sujeitos? É aqui que a escola capitalista passa a desempenhar seu papel. Segundo Dantas e Bassi (2022) o neoliberalismo educacional no Brasil vai ser implementado a partir da Reforma do Estado, em 1990, no governo Collor, acentuando-se nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ameniza-se, mas segue presente nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), mas é a partir do “golpe midiático-jurídico parlamentar” (DANTAS; BASSI, 2022, p. 224) de 2016 que “toda sorte de contrarreformas de cunho neoliberal (...) vão sendo implementadas” (DANTAS; BASSI, 2022, p. 223).

Assim, no terreno das políticas educacionais, a função primordial da escola é fabricar os sujeitos de novo tipo (DANTAS; BASSI, 2002, p. 227), tanto os professores quanto os alunos. Em relação aos professores/as, a proposta das pedagogias a serviço do capital, ou das pedagogias hegemônicas (DANTAS; BASSI, 2002, p. 234), como é o caso da atual pedagogia das competências e habilidades, é formar um trabalhador da educação mais “competente” (DANTAS;

BASSI, 2022, p. 235), mais criativo, flexível (principalmente quanto às formas de contratação, já que os Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, advogam que servidores públicos são gastos que não condizem com a eficiência), multifuncional, eficiente, que fazem muito com pouco (já que não se fala em investir na estrutura das escolas públicas). Já em relação aos alunos/as, a proposta é realizar uma “adaptação funcional dos indivíduos num mundo cada vez mais incerto e competitivo” (DANTAS; BASSI, 2022, p. 235), trabalhando com eles não competências e habilidades cognitivas, mas habilidades socioemocionais, reduzindo assim, cnicamente, questões históricas de ordem social a “aspectos de ordem socioemocional” (DANTAS; BASSI, 2022, p. 238). A mensagem é: a realidade é naturalmente injusta, desigual, aprenda emocionalmente a lidar com isso. Essa é a proposta de escola pública para os filhos da classe trabalhadora segundo os Organismos Internacionais Multilaterais, “sobretudo a UNESCO e a OCDE” (DANTAS; BASSI, 2022, p. 238):

O esvaziamento do conteúdo escolar e, conseqüentemente, a desqualificação e a desintelectualização do trabalho docente são tomadas como projetos deliberados dessas formulações pedagógicas hegemônicas; reduz-se a escola a um espaço de acolhimento ou de socialização, sem qualquer proposição pedagógica. E o mais preocupante: um espaço de contenção dos filhos da classe trabalhadora. (DANTAS e BASSI, 2022, p. 235).

Dessa forma, neutraliza-se ainda mais a capacidade de reação da classe trabalhadora, retirando-lhe a possibilidade de compreender o atual estágio de desenvolvimento da sociedade, uma vez que conhecimentos científicos da História, da Sociologia, da Filosofia e outros mais, próprios do ensino escolar, são excluídos.

Por fim, nessa negação da ciência, reside não apenas a negação de direitos sociais para a classe trabalhadora, mas a oportunidade de grupos reacionários assumirem o poder. De acordo com Duarte (2022, p. 117), “(...) a descrença nos valores democráticos expressa-se também no descrédito da ciência”. Essa é a tônica do capítulo 5, que discorre sobre como o governo de Jair Bolsonaro, de contornos neofascistas se utilizou do ataque à ciência – e da fé cristã da população vulnerável – para legitimar o autoritarismo – qualquer semelhança com o período medieval não é mera coincidência.

Portanto, é urgente, para que sobreviva alguma possibilidade de resistência à barbárie neoliberal por parte da classe produtora da sociedade, que se retome a função essencial da escola pública, qual seja a de disponibilizar aos filhos e filhas da classe trabalhadora o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo da história, leia-se conhecimento científico. Pois, “nessa quadra histórica do capitalismo neoliberal e globalizado, a desinformação – *fake news*, se preferirem – e o movimento anti-ciência precisam ser desmontados como elementos fundamentais do processo de acumulação de capital” (DUARTE, 2022, p. 121).

6. O *Queermuseu* e as Manifestações de Gênero

Manifestações de gênero ferem o acordo social, aquilo que é popularmente aceito, seja por influências religiosas, morais ou políticas. O que se destoa do padrão heteronormativo, binário e biológico causa comoção negativa. A renúncia em explorar a sexualidade humana e a singularidade de gênero foi criado para a sociedade se encaixar em uma determinada norma, com a intenção de uma vivência mais harmônica. O resultado de tal opressão perante às manifestações do indivíduo resultou em uma coletividade intolerante e anacrônica. Expressões de pluralidade sexuais resultam em incômodo de certa parte da população, onde manifestações artísticas, culturais e sociais podem ser alvo de boicotes quando parte da massa tradicional considera uma afronta a sua moral.

No ano de 2017, na cidade de Porto Alegre/RS aconteceu o “*Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*”, uma exposição artística que expunha a pluralidade de gênero e questionava padrões estabelecidos com a representação do público LGBTQIAP+. A mostra durou aproximadamente um mês, pois foi alvo de boicotes violentos e críticas advindas de movimentos reacionários que defendem o conservadorismo, resultando também em críticas a um banco privado que era o patrocinador do evento (LOPES; ANGELI; SOUZA, 2022). Obras como “*Travesti da Lambada*” e “*Deusa das Águas*”, da artista Bia Leite sofreram ataques que a acusavam de apologia à pedofilia. A pintura é representada por duas crianças “viadas”, com características afeminadas simbolizadas de forma transgressora e satírica sobre suas vivências de infância. A pluralidade de gênero infantil está presente em nossa sociedade, porém o patriarcado não aceita ver essa representação de maneira naturalizada. Expressões como essas são distorcidas intencionalmente, representando algo repugnante ao meio social, como referências à pedofilia. Tal visão errônea reforça o preconceito vivido pela comunidade LGBTQIAP+ na infância, onde constantemente são alvos de violências e abusos.

Na obra “*Cena Interior II*”, de Adriana Varejão, há diversas cenas sendo retratadas, dentre elas alguns atos sexuais. Há envolvimento de animais, e de um personagem negro que se encontra em uma situação de vulnerabilidade e objetificação, interagindo com dois personagens brancos. Na obra, devemos questionar: há uma banalização das cenas retratadas, ou uma crítica a uma hierarquia colonialista nas relações pessoais? Novamente, observamos a visão negativa representada por aqueles que criticaram a mostra, que reagem com violência e brutalidade quando são confrontados com aquilo que fere sua heteronormatividade e conservadorismo de um falso pacto social.

Existe a problemática quando o humano se confronta com seu desejo oculto relacionado a uma renúncia sexual para maior aceitação social; há manifestações de violência pela angústia de encontrar seus anseios, onde há muitos séculos foram aceitos como justificativa da violência realizada pelo machismo. Essa agressividade é observada na intolerância do que foge do

convencional, ou de expressões de liberdade que ferem suas crenças individuais. Vem representada em diversas formas: violências física, verbal e sexual, ou simplesmente marginalizando aquilo que não faz parte desse padrão. Segundo Freud, o incompreensível é perturbador porque encontra-se algo familiar. Um sentimento que deveria estar camuflado, mas é despertado através dessas manifestações, onde o sinistro “estranho desejo familiar” é exposto.

A violência nesse caso, é usada como arma para manter o controle, em uma tentativa de conter o questionamento de uma suposta verdade. A intimidação é usada como argumento, junto com o uso da força física ou moral. Em um jogo de desigualdades de poder, há domínio da força do mais forte sob o mais fraco, onde apenas os comportamentos tradicionais são as únicas opções aceitáveis. Tal situação é comparada com o domínio europeu e cristão na chegada às Américas, em que a aversão perante a sociedade desconhecida resultou em uma imposição de uma cultura dominante, com o uso da violência sobre aquilo que era novo, pois havia uma ideia de que apenas seus conceitos eram verdades únicas.

A expressão *Queer* de origem inglesa, representa aquilo que é considerado estranho, sendo usada para representar aqueles que não se identificam com padrões sociais impostos ou não rotulam seu gênero ou orientação sexual. A intenção da arte, especialmente contemporânea, é quebrar paradigmas que estão impostos, levantar questionamentos sobre aquilo que está sendo representado, não necessariamente expondo uma verdade indiscutível. A expressão de questionamento de gêneros causou desconforto perante uma sociedade padronizada moralmente, onde a resposta foi a violência e o boicote a aquilo que causa estranheza. A perseguição ao que é considerado “diferente” ainda assombra nossa sociedade, que tem dificuldades de desfazer laços com um passado opressor, onde determinados grupos sociais são estigmatizados e possuem seus direitos humanos violados.

7. Imprensa Alternativa e Resistência ao Regime Militar

Engajados, subversivos, críticos e provocativos. Estes são bons termos para descrever os pasquins, periódicos que não continham suas palavras. Conhecidos pelos seus textos irreverentes, contestadores, vorazes e pouco cordiais, assim como pelo uso de metáforas e figuras de linguagem que permitissem maior liberdade na escrita, estas publicações pautavam-se na intransigência e na recusa em alinhar-se com a ideologia dominante para sua produção. Estes considerados “jornalecos” frequentemente tinham como objetivo criticar políticos, satirizar as normas sociais, hipocrisias e comportamentos da sociedade, sempre buscando conscientizar a população e criar um discurso contra-hegemônico acessível. Os pasquins surgiram no Brasil no século XIX, sendo fruto da instabilidade regencial e, a partir desse contexto, foram chamadas de pasquins todas as

publicações que iam contra a norma vigente, inspirando inclusive a mídia alternativa dos anos 1960 e 1970.

O quarto capítulo do livro “*Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividade*”, chamado “*Desbundados: a mídia alternativa, contracultura e resistência ao regime militar*” (BESAGIO; MUNHOZ, 2022), vai falar sobre um dos jornais mais famosos de crítica à ditadura civil-empresarial-militar instaurada no Brasil a partir de 1964. O *Pasquim* foi um periódico que teve sua primeira edição publicada no dia 26 de julho de 1969, justamente após a criação do Ato Institucional nº5. Dentre as várias mudanças implementadas a partir do AI-5, podemos destacar o drástico aumento da censura acerca dos meios de comunicação. Diante disso, ameaçados, a grande imprensa optou pela autocensura para minimizar conflitos que poderiam acarretar problemas, fazendo assim a imprensa alternativa uma ferramenta indispensável ao informar os assuntos censurados pelo governo, especialmente.

Em um período no qual os censores atuavam no interior das redações dos grandes veículos de comunicação e em que os jornalistas podiam ser presos, torturados, ou até mortos, a imprensa alternativa tornou-se um possível canal de resistência, ao abordar o conteúdo de forma irreverente e bem-humorada, o que, muitas vezes, possibilitava driblar a censura imposta pelos militares (BESAGIO, MUNHOZ, 2022, p. 73).

Segundo Besagio e Munhoz (2022) uma das características mais marcantes do *Pasquim* é a utilização de publicações humorísticas como um mecanismo de se fazer entender diante da censura. O humor estar presente nos jornais pelas imagens, permitiu a expressão daquilo que, pelas vias convencionais, como o texto escrito, não poderia ser expresso (BESAGIO; MUNHOZ, 2022, p. 69), fazendo com que as charges, caricaturas, cartoons e ilustrações virassem instrumentos da crítica política. Sendo o humor como sua principal arma no movimento de resistência contra o regime ditatorial, o *Pasquim* apresentava aos leitores uma nova perspectiva sobre a atuação governamental de maneira inteligente e engraçada, um meio de resistir e tolerar as atrocidades que se passavam no regime militar, assim como deixar a vida da sociedade mais suportável. Desse modo, os autores trazem o riso, como algo com um forte caráter transgressor: em tempos de luta, o humor vira estratégia de resistência. O famoso “rir para não chorar”, já que “o posicionamento do riso ao lado da desordem confere-lhe um valor de liberdade, de purgação em relação às coerções sociais” (ALBERTI, 1999, p. 31 *apud* BESAGIO, MUNHOZ, 2022, p. 69). O humor é uma forma de crítica sócio-político-institucional com o poder de contestar o que quiser.

Na atualidade, pode-se pensar que, assim como o *Pasquim*, os *memes* se colocam como um modo de resistência aos discursos hegemônicos. Os *memes* são uma das formas de humor mais conhecidas e famosas, tendo um valor sociocultural enorme no contexto brasileiro, justamente pelo seu caráter acessível e de fácil propagação. Hoje em dia, tudo vai parar na Internet. Não existe um

acontecimento que não acabe viralizando no Twitter ou Instagram, e a política não é uma exceção: as redes sociais acabam virando uma forma de mobilização popular onde o humor é usado como uma recorrente ferramenta de resistência à prevalência de discursos de dominação política. Seriam, então, os *memes* uma forma de mídia alternativa atual, uma contracultura *online*?

Destaca-se um aumento ainda maior da febre dos *memes* nos últimos anos, especialmente num contexto de Pandemia da Covid-19 combinado ao (des)governo Bolsonaro. No cenário pandêmico, enquanto outros países se preocupavam em adotar estratégias de prevenção, controle e segurança, o ex-presidente adotou um discurso negacionista acerca da gravidade da pandemia, considerada por ele como “gripezinha” e “histeria criada pela mídia”. No enfrentamento à crise sanitária que se instaurou, o governo tomou uma série de medidas inconsequentes que demonstraram um extremo descaso com a vida dos cidadãos brasileiros, mantendo um discurso de aparente normalidade como tentativa de negação do quadro em que se vivia, o que levou o país a alcançar um número de 700 mil mortes pelo vírus (HUR; SABUCEDO; ALZATE, 2021). Bolsonaro sempre se posicionou contra o isolamento social, alegando que o prejuízo econômico seria maior do que os impactos do vírus, além de criticar o uso de máscaras e se fazer garoto-propaganda da cloroquina e da azitromicina, investindo recursos públicos em remédios cientificamente comprovados como ineficazes, enquanto até mesmo oxigênio faltavam nos hospitais.

Diante dessa situação, não existiu brasileiro que aguentasse. Medo e raiva, descontentamento e preocupação. Ouvir do próprio presidente que o lucro importa mais que a vida. Enquanto as pessoas morriam, ele fazia festinhas, debochava. O povo brasileiro estava apavorado com a pandemia, com o isolamento social, vendo os leitos de hospitais lotados, ligando a TV e sendo bombardeados por notícias ruins. O sentimento de dar de cara com o desconhecido e o incerto, um vírus que surgiu do nada e mudou tão rapidamente a vida de todos, contribuiu para surgir o medo e a insegurança, aumentando cada vez mais os índices de doenças mentais, como depressão e ansiedade. Existia também o medo de se expressar: pela extrema polarização política do país, ao se posicionar contra o governo eram recebidas muitas críticas, suposições, ataques verbais e até mesmo físicos. Pensando nesse cenário, os *memes* serviram como uma forma de aliviar os sentimentos ruins assim como resistir e criticar a absurda abordagem do governo Bolsonaro em relação à pandemia. Os *memes*, de certa forma, empoderavam as pessoas, as faziam mais conscientes e engajadas na luta política.

Os autores trazem no capítulo estudado uma citação que é muito pontual sobre a complexa relação entre medo e humor, onde podemos, mais uma vez, fazer a ligação entre *O Pasquim* e os *memes*:

No caso do jornal *O Pasquim*, criado em 1969 e principal representante dessa forma de imprensa nesse período, houve uma tendência especial em se trabalhar o humor, numa relação dialética que pode ser configurada no embate entre medo e humor. Enquanto o regime militar promoveu o estabelecimento de um estado de medo para suprimir atos de oposição, o humor foi utilizado pelo *Pasquim* como ferramenta de divulgação de um sentimento de descontentamento. Mesmo tendo em vista que a ação da censura não permitisse a elaboração de um discurso de oposição que representasse um enfrentamento direto às posturas do regime, agia como espécie de fissura nesse muro formado pelo medo do Estado ditatorial (FERREIRA, 2009, p. 5 *apud* BESAGIO, MUNHOZ, 2022, p. 69).

Do mesmo modo que *O Pasquim*, ao usar a sátira, o sarcasmo e a ironia, os *memes* revelam-se como um mecanismo ágil e acessível para subverter medos, questionar discursos dominantes e conscientizar as massas – destacando a versatilidade do humor como uma ferramenta de expressão e comunicação e engajamento. Ambos possuem a característica de desafiar a censura e a repressão do governo ao trazer à tona temas sensíveis e controversos de maneira inteligente e engraçada. Por causa disso, podemos vê-los como importantes símbolos de resistência cultural e política durante períodos em que, de um modo ou de outro, a liberdade de expressão estava limitada. Assim, percebe-se que o humor é uma força transgressora atemporal capaz de desafiar, questionar e estimular mudanças.

8. Conclusão

As discussões aqui reunidas relacionadas ao livro de estudo selecionado, denotam o quanto essas temáticas são candentes e complexas no campo da educação. As/os bolsistas do PET/Pedagogia/UFSC realizaram a exposição dos capítulos estudados de forma bastante competente, contribuindo para o seu processo formativo e fomentando ideias para futuros projetos de TCC (Trabalhos de Conclusão de Curso).

Sendo o *grupo de estudos* uma atividade permanente do PET/Pedagogia/UFSC, entendemos que tal prática de leitura e acesso a publicações muitas vezes não trabalhadas no Curso de Graduação em Pedagogia, expandem o repertório conceitual das/os estudantes, assim como o caráter interdisciplinar de suas leituras.

A temática central (democracia) revelada nas experiências de leitura e interpretação do livro selecionado, conectam as/os estudantes a uma realidade social extremamente difícil, tendo em vista que o Brasil não conseguiu até hoje garantir direitos básicos à saúde, educação e moradia, convivendo ainda com a sombra nefasta dos golpismos regulares ou sistemáticos, que beneficiam claramente uma única perspectiva de classe, agudizando as diferenças sociais e a concentração de renda.

Quiçá que esse estudo coletivo tenha alcançado os seus objetivos, quais sejam, a apropriação do conhecimento de diferentes ramos epistemológicos e a futura intervenção

pedagógica qualificada em diferentes espaços formativos.

Referências

- ALBERTI, Verena. O riso e o risível na história do pensamento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BARROS, Vinicius da Rocha; SOUZA, Mériti de. Pandemia e negacionismo no Brasil: análise sobre identidade, não violência e o estranho, In: SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 87-108.
- BESAGIO, Natália Martins; MUNHOZ, Sidnei J. Desbundados: imprensa alternativa, contracultura e resistência ao regime militar. In: SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 223-245.
- D'ANGELO, Martha. Sociedade de classes e fascismo. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). Neofascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 99-121.
- DANTAS, Jéferson Silveira; BASSI, Marcos Edgar. As avaliações em larga escala e a responsabilização docente no âmbito da Pedagogia das Competências e Habilidades. In: SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 223-245.
- DUARTE, Adriano. Liberalismo, Pós-Modernidade e desinformação: breve ensaio sobre o contexto da nossa desigualdade, 2016/2021. In: SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 109-129.
- FERREIRA, Diógenes Arruda. O humor como resistência ao controle social autoritário no Brasil pós1964: reflexões sobre a imprensa alternativa. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 12., v. 12, 2009.
- HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 21, n. 51, p. 550-569, ago. 2021.
- LEHER, Roberto. Forjando alternativas diante da ofensiva autocrática do governo Bolsonaro. In: LEHER, Roberto (Org.). Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023, p. 215-236.
- LOPES, Fabrício Ricardo; ANGELI, Gustavo; SOUZA, Mériti de. “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira” e violência à pluralidade da sexualidade e do gênero. In: SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 159-183.
- LOUIS, Renata Cristiane Araújo de Lima Pierre; LAGO, Mara Coelho de Souza. Permanecer? Sim, mas a que custo? Estudantes negras e negros no ensino superior. In: SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 131-157.

MARQUES, Circe M; DORNELLES, Leni V. Quem disse que as questões raciais não afetam os bebês? Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 19, n. 52, jan./mar. 2018.

SOUZA, Mériti de (Org.). Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022.

VALIM, Alexandre Busko; BARBIERI, Rafaela Arienti. Os sentidos da desigualdade na trilogia da resistência de Kleber Mendonça Filho. In: SOUZA, Mériti de (Org.). *Democracia em tempos difíceis*: interdisciplinaridade, política e subjetividades. Curitiba/PR: Appris, 2022, p. 39-67.